

49 ocorreu no dia 17.07.2014 para Apreciação da Resolução Normativa dos Benefícios
50 Eventuais. O relatório se encontra disponível na íntegra no livro das Comissões. **Item**
51 **3 – Apresentação do reordenamento do serviço da entidade Albergue Noturno –**
52 Sra. Rosana Gomes, coordenadora do serviço de atenção a população em situação de
53 rua inicia sua explanação informando que o reordenamento dos serviços, não só do
54 Albergue Noturno, talvez seja um dos maiores desafios postos para a Política de
55 Assistência Social neste município. E não apenas deste município. Sra. Rosana
56 Gomes informa que esteve junto com a Secretária Rosana Russo em reunião
57 descentralizada da Frente Paulista dos municípios em Barretos/SP, cuja temática foi a
58 população em situação de rua e que existem números alarmantes apontando
59 66.000 (sessenta e seis mil) pessoas em situação de rua no Estado de São Paulo.
60 Informa também que existem aproximadamente 8.000 (oito mil) vagas em acolhimento
61 institucional. E falando em acolhimento, continua Sra. Rosana Gomes, hoje temos no
62 município e na gestão da secretaria de assistência social 02 (duas) casas de
63 passagem, sendo: uma pública, o SEACOLHE-AIF, conhecido anteriormente como
64 plantão social. Este é um dos serviços que estamos tentando realizar o reordenamento
65 para uma alteração no número de acolhidos. Hoje são 80 (oitenta) pessoas. Estamos
66 em negociação para estabelecer mais um serviço conveniado e reordenar o
67 SEACOLHE-AIF para 50 (cinquenta) vagas como determinam as normativas do MDS.
68 Em relação à outra casa de passagem, a privada, lembrando que este serviço é de
69 permanência por um período de até 03 (três) meses, temos o Albergue Noturno, que
70 vimos investindo desde o começo do ano e obviamente desde o final do ano passado
71 tratando desse reordenamento. Sra. Rosana Gomes continua: algumas alterações
72 foram possíveis em relação ao tempo de permanência hoje no albergue, temos uma
73 permanência estendida de acordo com aquilo que as normativas sinalizam. Temos
74 uma nova constituição de equipe técnica, o que para nós é fundamental que se
75 tenham pessoas com conhecimento das normativas e, portanto com capacidade de
76 gestão para promover esse reordenamento. Tivemos uma alteração no início do ano,
77 mas, no decorrer do processo mostrou ser insuficiente e hoje nós temos uma nova
78 coordenação no Albergue Noturno, que iniciou esta semana, que é a Josenice Profírio
79 da Silva. Avançamos em três questões: a coordenação, o acesso a todos os
80 documentos e passamos a realizar reuniões com as conveniadas. Sra. Rosana Gomes
81 continua: temos outra conveniada, mas em outra modalidade, que é o abrigo, cuja
82 permanência é de 6 (seis meses) a 1(um) ano; ou seja, a “Casa das Anas”. É um
83 grande desafio, é preciso deixar bem claro! Até porque quando se fala em
84 acolhimento institucional para população de rua nós temos também referenciado a
85 esses serviços os casos, que não são poucos, de munícipes em alta vulnerabilidade
86 social, ou seja, aqueles que em função de despejo e de desemprego e outras
87 situações de risco social e pessoal a família acabam por serem acolhidos nos nossos
88 serviços. Esse é um grande desafio porque nós temos aí então uma ausência de
89 política de habitação para pessoas com baixíssima renda. Sra. Rosana Gomes
90 continua: em relação ao emprego acho que nós avançamos com a questão do
91 PRONATEC que vem de fato surtindo bons resultados, mas ainda assim, falta política
92 de emprego como falta política de habitação. E os senhores sabem muito bem que a
93 ausência das políticas ou a insuficiência melhor dizendo das políticas de habitação,
94 emprego, saúde e serviços de retaguarda isso implica numa sobrecarga aos
95 acolhimentos da assistência social e especialmente neste sistema, que é o sistema de
96 atenção à população em situação, portanto senhores, eu findo minha fala reafirmando

97 o compromisso dessa gestão em processar o reordenamento. Vamos estar mais
98 próximos ainda com a vinda da Josenice e esperamos que esse trabalho possa
99 acontecer do jeito necessário, como a política determina e o MDS espera e também
100 este CMAS. Sra. Lourdes, presidente, lembra a aprovação do repasse do recurso no
101 começo do ano, sabemos que a instituição precisa do recurso. Mas em reunião com a
102 SEAS, eu, Leandro Lapetina, Flávia Valentino, formalizamos a condição da Instituição
103 se readequar às normas mais humanas, visto as violações de direitos constatadas e
104 dentro das normas mais atuais da política. Nós temos consciência da dificuldade da
105 mudança dos conceitos de diretorias centenárias que ainda confunde a política com
106 assistencialismo. Sra. Maria de Lourdes, presidente, pede que a Sra. Josenice se
107 coloque. Sra. Josenice pede para deixar claro para esse colegiado que se trata de um
108 desafio, algo novo e ao mesmo tempo com a clareza de que não veio para fazer
109 mágica, mas sim para somar. Sra. Josenice informa que hoje o problema não é a
110 estrutura física, mas sim o RH. Sra. Josenice esclarece também que irá primar junto à
111 equipe para o aprimoramento da política da política. Solicita compreensão do
112 colegiado frente a essa reestruturação. Sra. Rosana Gomes esclarece estarmos num
113 processo e como tal, demanda tempo para que traga bons frutos. E complementa:
114 qualquer mudança drástica e repentina a tendência é o fracasso. Assim foi como
115 processo do que temos como porta de entrada da população de rua conforme a
116 definição do MDS, os que vivem e sobrevivem nas ruas, logradouros, etc. Para esses
117 nós temos um Centro POP constituído e agora de uma forma reordenada. Acredito
118 que avançamos, pois toda a mudança para o atendimento a população de rua é
119 bastante tênue, muitas vezes se diz assim: "para o Albergue, 9 (nove) pessoas foram
120 encaminhadas e conseguiram sair dessa condição através da empregabilidade.
121 Pergunta-se só 9 (nove)? Não é só 9 (nove)! São 9 (nove) pessoas!. Por exemplo, o
122 grande desafio para nós e porque na atual configuração do sistema nós não podemos
123 abrir mão de uma casa de passagem para atender 50 (cinquenta) pessoas. Estamos
124 neste momento! Todos os esforços vão ser e estão sendo dispendidos para que este
125 reordenamento do Albergue Noturno aconteça, especialmente para o atendimento à
126 mulheres com crianças e famílias postas de fato. Sra. Luci Freitas, colaboradora, pede
127 a fala e informa que o Prato de Sopa não faz parte, é outro trabalho e que há 14
128 (quatorze) anos acompanha o trabalho deles e na outra reunião que teve aqui ouviu
129 comentário que tinha capacitação e treinamento e as pessoas não iam. Sra. Luci
130 Freitas continua: talvez esteja na hora de convidar estas pessoas para comparecerem.
131 Eu dei a ideia na reunião, o projeto Crescer Bem, aquele outro projeto da APASEM,
132 que os funcionários fossem capacitado. Sra. Luci Freitas continua: eu vi um curso na
133 Estação Cidadania, eu escutei, muito bom. Poderia ter gente lá. Agora, outra coisa,
134 você já deve estar sabendo, ou não tem mais isso lá? Acontecia muito lá no Albergue
135 Noturno. A saúde regional do Estado encaminha pessoas para o Guilherme Álvaro e
136 eles ficam lá no Albergue, eles tinham que pagar uma pensão, alguma coisa, porque
137 eles estão em tratamento de saúde e não é essa finalidade do Albergue, isso não está
138 acontecendo mais, talvez, mais vinham, trazia a pessoa, a ambulância trazia e agora
139 vai pro Albergue Noturno, quer dizer, tirar a vaga da política pública correta, e isso
140 você observa bem, então esse cuidado eu acho que precisa ter, eu acho que o
141 governo do Estado precisa ter estrutura própria para fazer essas coisas e não fugir do
142 que se chama? Tipificação! Mas eu vou estar junto para ver como está lá, tudo como
143 você falou, o problema é mais o trato, o vínculo, que qualquer outra coisa. É a
144 capacitação mesmo. Sra. Luci Freitas continua: eu queria elogiar também, olha a

145 gente vai ficar na história hoje, está gravando? A presidente, Sra. Lourdes, confirma
146 que sim. Sra. Luci Freitas continua informando que esteve na assembleia, que foi
147 convidada por quatro moradores em situação de rua para participar da assembleia
148 geral do Centro POP, mas por questão de ética foi primeiro conversar com o Leonel
149 Lobo se poderia participar. Sra. Luci Freitas continua: eu deixei claro que eu nunca
150 critiquei nenhum funcionário, nunca, eu critico sim a estrutura, as condições que as
151 pessoas estão trabalhando, então queria deixar o meu elogio a toda equipe. Sra.
152 Rosana Gomes responde: Olha Luci, você pode ficar bastante tranquila em relação a
153 isso, porque primeiro a estrutura física é provisória, o serviço está sendo construído,
154 existe uma edificação em andamento e a outra questão, hoje o recurso material e de
155 estrutura física para que um trabalhador possa exercer bem a sua função, vem sendo
156 providenciado, não sei se você reparou ou não, mas os aparelhos de ar condicionado
157 já estão instalados, existe uma manutenção constante no serviço, existem murais de
158 informação, nós temos mobiliário suficiente. O espaço de fato é reduzido para o
159 número que atendemos. A nossa capacidade foi limitada de acordo com a tipificação.
160 Hoje são 80 (oitenta) pessoas atendidas por dia, com exceção daquelas que chegam
161 através do serviço de abordagem social. Outra questão é que nós inserimos no serviço
162 de abordagem social um Assistente Social. Hoje nós temos um Assistente Social nas
163 ruas junto com a equipe. Em breve teremos outro para o período da manhã. E isso
164 tem facilitado enormemente o acesso àquelas pessoas que não chegam ao serviço,
165 que se recusam, elas hoje são atendidas na rua, eu acho isso também um avanço
166 considerável em termos do que está posto na política. Sra. Rosana Gomes continua:
167 outra questão foi a capacitação que nós realizamos para os operadores sociais em
168 maio deste ano junto ao projeto Travessia em São Paulo. Existe um processo em
169 finalização para supervisão dos serviços que compõem o sistema da população em
170 situação de rua. Acho que isso também foi uma conquista. Sra. Luci Freitas,
171 colaboradora, pede a palavra e informa: soube de uma pessoa em situação de rua que
172 não queria ajuda de jeito nenhum, a gente sabe, mas eticamente não falamos os
173 nomes, eu soube e eu fui falar pessoalmente com ele várias vezes. A perua foi várias
174 vezes. Porque ele só iria embora se o cachorro fosse junto. Foi uma luta, mas ele foi.
175 Inclusive ele recebeu o BPC, ele foi encaminhado para receber o BPC. Gente, a perua
176 ia lá buscar, levava ao INSS, trazia de novo, não é fácil. Estou elogiando porque isso é
177 verdadeiro. Tem esse trabalho, sim percorrer as ruas, fazer abordagem. Eu pedi
178 permissão e ainda não tenho para participar da assembleia do SEACOLHE, porque
179 eles me respeitam muito também, eles me escutam, porque eu faço vínculo com eles,
180 porque eu leio, cobro deles, eu não vou prejudicar ninguém. Sra. Lourdes, presidente,
181 faz uma observação quanto ao SEACOLHE. Por tratar-se de residência, os assuntos
182 tratados são internos, pertinentes a eles quanto ao funcionamento. Sra. Lourdes
183 destaca: quanto ao Albergue Noturno, desde o ano passado quando o presidente
184 deste CMAS ainda era o Leandro Lapetina, nós vínhamos fazendo reuniões, acho que
185 a conselheira Silvana também foi a uma reunião. Ressalta que o Conselho tem força
186 para pedir, até mesmo para exigir que algumas instituições se adequem. Porque na
187 hora que o Conselho teve que avaliar aquela instituição para financiamento, nós
188 apontamos a visita realizada por este Conselho que relatou as violações como:
189 respeito, direitos humanos, a mãe ficar no espaço fora. O Conselho deixou claro
190 naquele momento que não aceitaria uma instituição que estivesse violando direitos. A
191 partir daí se fez um compromisso da SEAS fazer um reordenamento. Ela já vem
192 tentando, mas a partir daí se fez. Esclarece que o Conselho continua disposto a

193 participar deste processo, visto ser o órgão fiscalizador, ser o órgão que libera o
194 recurso. Se ocorrer algum problema neste processo seria interessante marcar uma
195 reunião chamando o Conselho. Estamos abertos para contribuir no caminhar para a
196 nova política, conclui. Sra. Ilka Conti, assistente social do CEREX, pergunta a Sra.
197 Rosana Gomes como fica o fluxo em relação a saúde, a Secretaria de Saúde, aos
198 usuários dependentes químicos. Como está esta articulação, como está sendo a
199 resposta da saúde em relação a isso. Sra. Rosana Gomes informa ser também um
200 grande desafio. Que existe uma pactuação no Programa Crack é Possível Vencer
201 entre as políticas, tratando especificamente dos dependentes químicos. Que não é
202 fácil, porque a saúde não dispõe dos serviços que foram pactuados dentro deste
203 programa, que são: os leitos e os acolhimentos. Acolhimentos específicos para os
204 dependentes químicos. Nós vimos trabalhando juntos, especialmente o Centro POP, o
205 SENAT, os acolhimentos. Porém não há retaguarda de acolhimento institucional na
206 política de saúde e isto é um grande problema para a assistência social. As pessoas,
207 os dependentes químicos precisam de tratamento. A nossa tarefa enquanto
208 acolhimento institucional na política de assistência social é a reinserção social.
209 Primeiramente é preciso que se garanta o tratamento ao dependente químico. Após o
210 tratamento, num período intermediário que seria dentro de um acolhimento específico
211 no âmbito da saúde ainda, a ausência desse serviço traz grandes transtornos. Por isso
212 a minha fala anterior, da insuficiência das políticas públicas voltados ao atendimento
213 dessa população. O conselheiro Igor questiona a relação com a guarda municipal. Sra.
214 Rosana Gomes responde: quando se fala da política de saúde, a segurança pública e
215 a assistência social possuem papéis bastante definidos. A relação com a guarda
216 municipal se dá de várias formas, quando a gente necessita, por exemplo, de um
217 guarda municipal no próprio serviço institucional. O Centro POP, que a gente precisa
218 da presença da guarda municipal para garantia da segurança do patrimônio e dos
219 funcionários e eventualmente dos usuários. Existe uma outra questão que é a da
220 abordagem. Nós temos uma abordagem social em que anteriormente os motoristas do
221 serviço de abordagem eram os guardas municipais. Nós vencemos essa questão.
222 Hoje nós temos um serviço absolutamente independente da presença da guarda
223 municipal. A guarda municipal também efetua ações junto de serviços públicos, existe
224 a ação na remoção de sub-abrigos. Nós procuramos permanentemente fazer a
225 interlocução com a guarda municipal pela garantia de direitos desse cidadão.
226 Trabalhamos pela garantia de direitos. Mas são serviços que a gente tem uma
227 interlocução, porém não tem uma atuação conjunta. Temos apenas a interlocução.
228 Sra. Lourdes, presidente, pergunta à plenária se existe algum questionamento. Sra.
229 Luci Freitas, colaboradora, afirma conhecer pessoalmente varias pessoas da
230 segurança, que existem guardas maravilhosos e outros que pedem documentos,
231 jogam no chão. A pessoa está num processo de reinserção. Já é difícil essa pessoa
232 sair e ir para outra atividade ou alguma coisa. Vamos supor, a pessoa tira o documento
233 ontem e hoje jogam a mochila no lixo. Ah, gente! Isso é brincadeira! Mas não é a
234 corporação toda. Sra. Lourdes, presidente, coloca que possivelmente seja o ranço de
235 épocas passadas para retirar tudo e limpar a rua. Sra. Luci Freitas coloca que a
236 pessoa informou já ter sido ameaçada!. Que não precisa se fazer nada disso, apenas
237 sentar e conversar. Sra. Lourdes, presidente, coloca que a questão da denúncia é
238 delicada visto a situação de vulnerabilidade em que a pessoa está. A denuncia traz
239 outra condição, a dele ser encontrado, em qualquer hora do dia ou da noite. Eu
240 entendo o receio em fazer a denuncia. Porque a gente não sabe o que pode

241 acontecer. Sra. Lourdes, presidente, agradece a presença da Sra. Rosana Gomes.
242 Deseja as boas vindas a assistente social Josenice Profírio. Informa para a Sra.
243 Rosana Gomes que este CMAS continuará a acompanhar o processo. Informa
244 também considerar um avanço em querer fazer dar certo. Um avanço significativo
245 frente a uma instituição problemática. Sra. Lourdes, presidente, agradece e passa para
246 o **Item 4 – Apreciação e Deliberação da inscrição de serviço da Associação dos**
247 **ex-alunos do Colégio Stella Maris:** Sra. Lourdes, presidente, informa que o processo
248 precisa ser concluído. Que as conselheiras da Gestão 2012/2013, Sra. Cinthya Ozores
249 e Liana Julião realizaram visita nos três serviços apresentando relatório com parecer
250 favorável à inscrição para o serviço de inserção ao mundo do trabalho. A
251 representante da instituição, Sra. Marisa, assistente social, por solicitação da mesa,
252 apresentou os serviços informando que a instituição é mantenedora da Creche Madre
253 Alix que atende crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos e 11 (onze) meses em
254 regime de creche em período integral, funciona na Rua Emílio Ribas, na Vila Mathias.
255 São 35 (trinta e cinco) vagas, mas atualmente estão com 37 (trinta e sete) crianças. O
256 Centro de Convivência Santa Rita atende crianças e adolescentes de 6 (seis) a 14
257 (catorze) anos, funciona em regime parcial, em meio período e as crianças participam
258 de atividades sociorecreativas e culturais. São 100 (cem) vagas, atualmente com 97
259 (noventa e sete) vagas. Funciona na Rua Nabuco de Araújo no Boqueirão. Atende
260 principalmente as escolas públicas da redondeza. Em maior número o Cidade de
261 Santos, Brito e Canadá. O Centro Profissionalizante Santo Antônio, são adolescentes
262 de 14 (catorze) a 17 (dezesete) anos e lá são dois serviços: o de capacitação do
263 adolescente que participa das atividades por dois anos capacitando-se. São 80
264 (oitenta) vagas, hoje conta com 75 (setenta e cinco) adolescentes. Funciona no
265 Jabaquara, na Rua Rangel Pestana, 397 – A. Informa que 60% dos atendidos são
266 procedentes dos morros. Após a conclusão dessa etapa ocorre a seleção para o
267 processo de aprendizagem. Os adolescentes são contratados como aprendizes pelas
268 Empresas segundo a Lei do Aprendiz. Atualmente estão no programa de aprendizado
269 60 (sessenta) adolescentes. A área de aprendizagem é o administrativo e bancária.
270 Informa o telefone para contato: 3233.1711. Para participar do projeto em 2015 as
271 inscrições começam agora nos meses de agosto e setembro. As vagas são
272 informadas na rede. Sra. Adriana, secretária executiva, pede esclarecimento, pois no
273 pedido de inscrição consta Serviço de Convivência de 14 a 17 anos na Rangel
274 Pestana e o Centro Profissionalizante de 15 a 20 anos. Sra. Marisa esclarece que o
275 projeto de capacitação do adolescente tem duração de dois anos, em oficinas, onde
276 são capacitados nas áreas administrativas e/ou bancárias. Depois são transferidos
277 para o programa de aprendizagem, assim que surge a vaga. Na verdade um serviço
278 com duas etapas. A conselheira Tânia Cristina pede a palavra. Informa ter na Casa
279 uma adolescente com problemas de dicção. Escreve como fala. Sra. Marisa esclarece
280 que a interessada precisa estar no 7º ano escolar. Sra. Lourdes, presidente, coloca ser
281 necessária uma avaliação para verificar se a adolescente não possui nenhum
282 comprometimento, se não é pessoa com deficiência, se não é apenas déficit escolar,
283 alfabetização. Sra. Lourdes, presidente, pergunta à Sra. Marisa sobre a creche Madre
284 Alix, o trabalho realizado com as famílias. Marisa esclarece sobre o atendimento
285 individual à família, com acompanhamento e encaminhamento aos serviços da Rede.
286 As mães que não trabalham são encaminhadas para os cursos com a pretensão de
287 posterior inserção ao mercado de trabalho. Sra. Luci Freitas, colaboradora, pergunta
288 se é apenas inscrição da instituição. Sra. Lourdes, presidente, confirma tratar-se de

289 solicitação de inscrição dos serviços: convivência e inserção ao mercado de trabalho.
290 O trabalho desenvolvido na creche não cabe inscrição. Pergunta se o
291 acompanhamento da família é continuado, permanente. Sra. Marisa responde que
292 não, que o acompanhamento à família ocorre quando necessário. Sra. Fernanda
293 Souza, conselheira, pergunta se há solicitação de inscrição para a creche. Sra.
294 Lourdes, presidente, confirma que sim. Que são três pedidos de inscrição. Que cabe
295 ao Conselho deliberar sobre o pedido de inscrição do Centro de Convivência Santa
296 Rita e do Centro Profissionalizante Santo Antônio, uma vez que a Creche Madre Alix
297 não cabe inscrição. Sr. Leandro, vice-presidente, esclarece que as crianças do Santa
298 Rita são encaminhadas por escolas, sendo assim, contra turno escolar. Uma ação
299 educacional. Sra. Marisa confirma que sim, que as crianças participam e ações
300 sociorecreativas. Sra. Lourdes, presidente, coloca para a plenária a necessidade então
301 de deliberação apenas para o serviço do Centro Profissionalizante Santo Antônio, para
302 inserção ao mundo do trabalho. Que posteriormente, se a instituição apresentar algum
303 serviço socioassistencial dos outros dois equipamentos, a inscrição será novamente
304 apreciada. Sra. Fernanda Souza, conselheira, pergunta se o processo passou pelas
305 comissões. Sra. Adriana, secretária executiva, esclarece que o processo entrou para
306 análise na gestão passada, que as comissões se manifestaram e que a visita foi
307 realizada pelas então conselheiras Cinthya e Liana que apresentaram parecer
308 favorável à inscrição. Sra. Maria Fernanda Cardoso, conselheira, pergunta se o
309 parecer foi favorável ao pedido das três inscrições. Sra. Adriana, secretaria executiva,
310 informa que excetuando o da Creche, que sim. No entanto, esclarecemos aqui que o
311 serviço de 6 (seis) a 14 (catorze) anos é um serviço de convivência da política de
312 educação, um contra turno escolar. O outro serviço, o de 14 a 17 anos, foi esclarecido
313 que faz parte do outro, sendo a primeira etapa para a inserção ao mundo do trabalho.
314 Sendo assim, na verdade apenas dois serviços para análise. Sra. Liana, conselheira,
315 informa que a creche é conveniada pela SEDUC. Pergunta se pode também ser
316 inscrita na assistência. A Mesa Diretora esclarece que sim, contanto que se
317 desenvolva um serviço socioassistencial. Sra. Lucilene Martorelli, conselheira, coloca
318 que as dúvidas levantadas aqui deveriam ter sido esclarecidas nas comissões. Sra.
319 Lourdes, presidente, informa a dificuldade da discussão técnica nas comissões em
320 detrimento ao número reduzido de conselheiros que comparecem às reuniões. Sra.
321 Adriana, secretaria executiva, esclarece que as comissões da gestão anterior
322 apreciaram o processo apresentando parecer favorável à inscrição e que as
323 conselheiras da visita também emitiram parecer favorável para inscrição. Desta forma,
324 o processo foi encaminhado para deliberação da plenária. Sra. Lucilene, conselheira,
325 reforça a necessidade em rever toda a documentação do CNAS, para que os
326 conselheiros se fortaleçam e saibam o que estão fazendo. Sra. Lourdes, presidente,
327 esclarece que leu todo o processo, que após a instituição apresentar seus serviços e
328 após os esclarecimentos o único serviço a ser colocado para deliberação é o de
329 inserção ao mercado do trabalho. Sra. Luci Freitas, colaboradora, coloca a
330 necessidade de um assistente social, como tem no CMDCA, para fazer um resumo,
331 pois algumas pessoas não são da área e facilitaria a análise. Que cada um entende
332 uma coisa. Que se perde um tempão em ler tudo na reunião. Sr. Leandro, vice-
333 presidente, destaca a responsabilidade do conselheiro. Sra. Luci pede para concluir e
334 aponta a ausência dos conselheiros, que quando eles faltam, falta também a política
335 pública. Coloca que não sabe como é aqui, mas no CMDCA estão pedindo termo de
336 parceria. Que por exemplo, se envia um papel para a SEDUC e a mesma diz que não

337 sabe. Precisamos garantir que são conselheiros mesmo. Sra. Lourdes, presidente,
338 abre para a plenária a votação para inscrição do serviço para inserção ao mercado de
339 trabalho do Centro Profissionalizante Santo Antônio. Por unanimidade dos presentes a
340 inscrição foi aprovada. Sra. Lourdes, presidente, passa para o **Item 5 – Apreciação e**
341 **Deliberação da inscrição de serviço da Associação de Desenvolvimento**
342 **Econômico e Social as Famílias – ADESAF:** Sra. Lourdes, presidente, informa que a
343 solicitação de inscrição passou pelas comissões para a análise com a indicação para
344 inscrição. Esclarece, no entanto que teve o cuidado, visto que há um tempo a Sra. Luci
345 Freitas, colaboradora, trouxe a este Conselho algumas informações sobre a instituição
346 e que como presidente deste Conselho e responsável pelos atos tomados por ele,
347 tomei a liberdade de pesquisar sobre essas informações apresentadas e neste
348 momento gostaria de compartilhar com todos. Informa que ontem em consulta ao TCU
349 – Tribunal de Contas da União, localizou o processo que existe contra a ADESAF, e
350 faz a leitura do o texto que diz: ... “ante o exposto, no voto do relator juntado aos autos
351 com fundamento no artigo 33, III, C, da Lei Complementar 709/93, decidiu julgar
352 irregulares as contas prestadas pela ADESAF acerca dos valores a ela transferidos
353 durante o exercício de 2005, com recomendações a Prefeitura Municipal de São
354 Vicente nos termos do referido voto, condenando ainda o mesmo Instituto com
355 fundamento no art. 36, caput, da mencionada Lei no Complementar a recolher, no
356 prazo da Lei, o valor de debito,o fixado em R\$ 2.870.000,00 (dois milhões e oitocentos
357 e setenta mil reais) com os devidos acréscimos legais aos cofres da Prefeitura
358 Municipal da Estância de São Vicente. Decidiu, também, com fundamento no artigo
359 104, da Lei no Complementar nº.709/93 aplicar multa ao então Prefeito Municipal
360 Tercio Garcia de valor equivalente a 300 (trezentas) UFESPs, por deixar, nos termos
361 do artigo 74 da Constituição Federal, de promover o efetivo controle financeiro
362 relacionados as despesas da Entidade, por não impugnar o valor referente a taxa de
363 administração e por permitir subcontratação de cooperativa para execução do objeto,
364 acionando-se, por conseguinte, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2 da Lei
365 Complementar nº. 709/93. Determinou, por, fim, o encaminhamento da decisão ao
366 Ministério Público do Estado de São Paulo. Publicado no Diário Oficial do Estado de
367 São Paulo, de 02/04/2014, pagina 59. A ADESAF entrou com recurso que foi julgado
368 com embargos rejeitados pelo TCU –Diário Oficial Legislativo – 04/07/2014 – pagina
369 104. O documento pode ser consultado em www.tcu.gov.br. Existem também
370 denúncias a serem apuradas contra a ADESAF, frente a prestação de contas que se
371 encontra disponível no site, onde a entidade adquire (escritura compra imóvel) no valor
372 de R\$ 550.000,00 com verba pública da Prefeitura Municipal de São Vicente. Processo
373 a ser julgado. A entidade também presta serviços junto a Prefeitura Municipal de
374 Cubatão onde constam denúncias de funcionários relacionados a falta de pagamento.
375 Independentemente dos apontamentos realizados pelas comissões e de toda a
376 documentação apresentada foi solicitada a secretaria executiva a verificação do CNPJ
377 da entidade. A secretaria executiva informou que no momento da analise verificou-se
378 que a mesma não possuía autorização para o serviço com alojamento, mas que a
379 mesma foi devidamente orientada e realizada a adequação. Sra. Lourdes faz a leitura
380 de todas as ações previstas no CNPJ e coloca: como presidente, me sinto na
381 obrigação de me posicionar uma vez que respondo pelas deliberações deste CMAS,
382 de indicar a este Conselho a não inscrição deste serviço até que todas as ações sejam
383 esclarecidas. Sr. Leandro, vice-presidente, pede a palavra e informa desconhecer toda
384 essa informação, pede desculpas a Sra. Presidente e coloca que mais uma vez é

385 levada para a assembleia uma denuncia no qual tínhamos acordado enquanto
386 Diretoria Executiva que seria discutido na reunião da Diretoria Executiva. Pede
387 desculpas por expor esta situação, visto que a Diretoria não é composta apenas pela
388 Presidência. Que a Presidente poderia ter abordado o assunto antes para suspensão
389 da apresentação, para não ser exposto na assembleia e também de forma a não expor
390 a Entidade. Afirma desconhecer esse processo e sendo assim, desconsidera esse
391 processo. Foi acordado junto a Diretoria Executiva que isso não mais aconteceria. Sr.
392 Leandro complementa informando que se continuar desta forma vai solicitar sua
393 retirada deste Conselho. Que não trabalha desta forma. Considera que a forma correta
394 é a discussão em diretoria e depois o assunto é levado para a assembleia, para que
395 não se tenha “risos” quando você está expondo uma situação, que não é correto, e
396 também expor uma instituição com questões que ocorreram em outro município. Sr.
397 Leandro, vice-presidente informa que Resolução Normativa recente do CNAS aponta
398 que não devemos analisar despesas financeiras das instituições. Destaca não estar
399 defendendo a ADESAF, mas sim processos que entende ser coerentes, de forma
400 correta. A instituição pediu inscrição de um outro serviço, a solicitação passou pelas
401 comissões, este Conselho pediu orientação jurídica de um advogado e o mesmo
402 apontou não ter impedimento algum. Para que então pedimos orientação de um
403 advogado? Foi solicitado incansavelmente a este Conselho o parecer de um advogado
404 e se é para ocorrer isso na assembleia não precisava discutir isso em diretoria. Então
405 coloco minha posição de que isto não deveria ter acontecido e reforço que não
406 concordo com esse processo e que ele foi colocado pela mesa. Sra. Lourdes,
407 presidente, pede a palavra. Informa que esteve de férias, que retornou dia 30, que
408 pegou os documentos ontem pela manhã e não se sentiu a vontade em vir para uma
409 reunião onde não se tinha fechado a pauta. Sr. Leandro, vice-presidente, esclarece
410 que a pauta foi fechada por ele junto com a secretaria executiva. Que a Presidente
411 sabendo das informações sobre a entidade e tendo conversado com a secretaria
412 executiva poderia ter solicitado a retirada da pauta, onde a diretoria informaria que o
413 item 5 estava suspenso, como inúmeras vezes esse Conselho o fez. Pede desculpas a
414 Instituição por expor essa situação. Sra. Dijane pede a palavra. Cumprimenta a todos
415 e se apresenta como pedagoga e facilitadora social da ADESAF São Vicente com
416 muito orgulho. Coloca a ADESAF a disposição de qualquer um que queira ir lá visitar.
417 Esclarece que se de fato isso fosse condenação a ADESAF não teria recebido agora
418 uma verba parlamentar para fazer um projeto, que para que isso ocorra, quem
419 participa de concurso de projetos, sabe da dificuldade que é, você escreve 100 (cem)
420 projetos para conseguir a verba de 1 (um) projeto. E a ADESAF agora recebeu verba
421 parlamentar para fazer a manutenção de um museu que está localizado dentro da
422 instituição, na nossa sede social, na Rua Guarany, 70, que atende crianças de toda a
423 Baixada Santista, inclusive do ABC que vem com intenção de aprender. O Projeto PDF
424 traz as crianças, elas entram no museu, participam da visitação monitorada e quando
425 chegam à escola tem o compromisso do professor em sala de aula fazer alguma
426 atividade do projeto relacionado à visitação. Porque eu estou falando isso, porque se
427 de fato esta condenação fosse condenação, nós não teríamos recebido esta verba
428 agora. Outro fato é, existe a indicação de um desembargador apontando a
429 irregularidade baseado numa Lei de 2009 se não me falha a memória, onde começa a
430 ser proibido a partir da publicação desta Lei que não pode mais utilizar cooperativa. Só
431 que esse convênio era de 2005/2006 quando na época podia sim se usar a
432 cooperativa. Que na época estava sendo muito valorizada. Foi o “boom” nessa época

433 das cooperativas. Só que infelizmente nesse País as pessoas começam burlar as Leis,
434 e acabaram percebendo que esse era um meio muito bom para se burlar as Leis
435 Trabalhistas e com isso proibiram o uso das cooperativas. Mas só em 2009 é que foi
436 feita a publicação desta Lei. E esse convênio é de 2005, na época podia se usar. Não
437 é decisão final. Espero que assim como foi levantado isso, se alguém tiver interesse,
438 antes de condenar a ADESAF, procurar saber o que está acontecendo. Condenar é
439 fácil. Agora vejam, eu não estou aqui defendendo o que eu vim defender. Estou
440 defendendo o nome da ADESAF. Alguém aqui, até então, conhecia o trabalho da
441 ADESAF? No município de São Vicente, a ADESAF, na época do prefeito Tercio, fazia
442 toda a rede de assistência social, POP, CRAS, toda a rede. O atual prefeito, quando ele
443 entrou, ele não perguntou para a ADESAF se queria continuar. Não, ele quis romper,
444 ele nem convidou a ADESAF para conversar. Ele falou assim: dia 31/12 rompe-se.
445 Com esse rompimento eu pergunto à vocês: qual foi a entidade que continuou
446 conseguindo trabalhar em São Vicente? Hoje eu sou conselheira do CMDCA, posso
447 falar porque estou acompanhando muito de perto. Nós temos abrigos que estão tendo
448 despejo. Nós temos pessoas que estão lá trabalhando como voluntárias esperando
449 que o prefeito faça o tal do edital de convocação de concurso para projeto para que as
450 pessoas voltem a trabalhar e ganhar seu salário mensal. Eles estão lá trabalhando por
451 amor àquelas crianças que não tem nem lugar para ficar. A conselheira Ana Lucia
452 Rezende pergunta: é em São Vicente? A representante da ADESAF confirma que sim
453 e a condenação é em São Vicente. A plenária se manifesta e a Sra. Lourdes,
454 presidente, pede silencio para a representante da ADESAF se colocar, uma vez que
455 Ela (presidente) trouxe o assunto à plenária e se manifestou a respeito. Sra. Dijane,
456 representante da ADESAF continua sua fala dizendo: eu acho que não deveria ter
457 trazido vocês me desculpem, eu sou conselheira. Sra. Lourdes, presidente, interrompe
458 a fala e coloca que ficou preocupada, a Sra Dijane continua dizendo: então a senhora
459 deveria ter sido franca e chamado a gente para conversar e justificar e mostrar o
460 porquê que isso está acontecendo. Quanto ao município de Cubatão a prefeitura
461 andou fazendo demais os repasses e a ADESAF não tem recursos próprios, ela
462 precisa do dinheiro da prefeitura para poder pagar seus funcionários de maneira
463 correta e em dia. O que aconteceu é que chegou um ponto que a ADESAF não tinha
464 mais como cobrir e de fato atrasou o salario. Isso aconteceu, é fato, é verdade, só que
465 nós não tínhamos o repasse da verba para podermos honrar com os nossos
466 compromissos. A denúncia que teve de não pagamento dos funcionários foi por conta
467 de simplesmente seis meses sem repasse da Prefeitura de Cubatão. Sra. Lourdes,
468 presidente, pede a palavra: eu gostaria de falar antes que todos falem que eu sinto
469 apesar do que o Leandro coloca e tem todo o direito de colocar, eu me sinto muito a
470 vontade de trazer para o conselho algumas informações, pois o Conselho tem sim a
471 obrigação de saber. Este Conselho tem que estar apropriado de todas as situações.
472 Esta é minha posição. Respeito a posição do Leandro, eu estive de férias, não fechei a
473 pauta. A pauta foi indicada na reunião da comissão que deu parecer favorável e que
474 até então não se tinha dados sobre isso, mas eu voltei no final do mês, peguei esses
475 dados ontem, e não me sentia a vontade com a situação. Parei meu serviço e comecei
476 a pesquisar, até porque D. Luci Freitas, colaboradora, tinha trazido um calhamaço de
477 processos que existiam para que se pudesse pesquisar e até então não tinha tido
478 tempo de pesquisar. Sra. Luci Freitas, colaboradora, interrompe a fala e diz: estão
479 aqui! Sra. Lourdes continua: sinto-me a vontade sim em trazer, porque eu acho que
480 ser conselheiro é saber o que acontece dentro do Conselho. Tem a Diretoria

481 Executiva? Tem. Mas algumas coisas não podem ser fechadas, o conselheiro precisa
482 saber o que está acontecendo. Eu não posso mostrar apenas a rosa, a flor e o resto
483 não mostrar uma vez que sou responsável, nós somos responsáveis. Cada
484 conselheiro aqui é responsável e responde por cinco anos pelas decisões do
485 Conselho. Sra. Fernanda Souza, conselheira, coloca que deveria ter maior presença
486 dos conselheiros nas reuniões das comissões para que tomem ciência do que está
487 acontecendo, não só na assembleia para votar que não ou que sim. Sra. Ana Lucia
488 Rezende, conselheira, coloca ser muito importante o colegiado saber. Sra. Lourdes,
489 presidente, ressalta que a participação dos conselheiros nas reuniões está
490 comprometida, falta muita gente. Sra. Ana Lucia Rezende, conselheira, retoma a
491 palavra colocando entender à colocação da presidente para o colegiado em razão da
492 ausência dos conselheiros. A conselheira Lucilene Martorelli informa que a questão foi
493 trazida na comissão de legislação e foi conversada em assembleia já, não é a primeira
494 vez. Que ninguém pode dizer que sabia o que está acontecendo. Que o CNAS coloca
495 muito claramente qual o nosso papel, o que inclusive, eu não concordo com o CNAS
496 em aprovar inscrição de algo que não existe, mas nós somos obrigados a fazer.
497 Porque o CNAS aponta que tem que ter a inscrição mesmo que ainda o serviço não
498 esteja implantado. Mas ele é claro na questão da avaliação contábil, que não cabe ao
499 conselho fazer e tem também a questão da Constituição Federal que o advogado
500 apontou. Então não podemos dizer que os conselheiros não sabiam, isso já foi motivo
501 de discussão, e aí se começa a discutir o que já foi discutido. É um flashback! Sra.
502 Lourdes, presidente, coloca a necessidade em fortalecer o conselho. Sr. Lucilene
503 Martorelli, conselheira, alega que se volta ao mesmo ponto, essa é a questão. Sra.
504 Lourdes, presidente, coloca que talvez o que se tenha que discutir é que as nossas
505 comissões precisam estar mais apropriadas. Sra. Lucilene questiona se isso vai dar
506 subsídio para os conselheiros em dar a inscrição. Sra. Flávia Sammarco e Sra. Luci
507 Freitas solicitam a palavra. Pela ordem a Sra. Flávia Sammarco, chefe de
508 departamento da proteção social básica – SEAS coloca que enquanto advogada
509 desconhece sobre a instituição ADESAF, mas acha que ela precisa se manifestar sim,
510 porque enquanto não é condenação transitada e julgada ninguém pode expor a
511 entidade dessa forma. A representante da ADESAF concorda e solicita que se faça
512 referencia a instituição de qualquer outra forma menos que ela foi condenada. Sra.
513 Lourdes, presidente, ressalta o que está escrito no tramite do processo. Sra. Flavia
514 Sammarco coloca que não se pode expor uma entidade que está condenada se ainda
515 cabe vários recursos. Isso é um absurdo, você está expondo realmente a entidade. A
516 conselheira Marilene Leonel coloca que a análise que a comissão IV fez na época foi
517 com base no que o advogado trouxe frente a legislação, que esta instituição na época
518 não estava condenada e complementa informando que a comissão emitiu o parecer
519 favorável, com as observações frente a questão legal. Sra. Luci Freitas, colaboradora,
520 coloca que a primeira coisa é que na ata de julho isso ficaria decidido para se pensar
521 com profundidade e depois voltaria. Eu estranhei porque não passou por nenhuma
522 comissão em julho e como a gente ficou de passar um crivo mais profundo, não viria
523 para cá. Eu estranhei, eu tenho uma memória que até hoje as 10h30 está
524 funcionando. Está escrito na ata que a gente postergaria para analisar com mais
525 profundidade e voltaria. Agora não falamos nada em julho, em comissão nenhuma. Eu
526 vim em todas elas esse mês. Agora, pelo artigo 37 da Constituição, pela Lei 12.527 de
527 2011 – Lei de Acesso a Informação, nós temos direito sim! Agora, tem uma coisa pior
528 que tudo isso Lourdes, coloque na ata isso, já falei 3 (três) meses atrás: em Santos foi

529 publicado o Decreto 6749 de 10/04/2014 que regulamenta a Lei 2947, eu quero
530 lembrar para vocês, eu vou escrever e quero que conste na ata: artigo 17- para fins do
531 parágrafo único da Lei, cabe ao Secretário Municipal e ao dirigente da entidade ...
532 submeter a proposta de celebração de contrato aos Conselhos municipais. Nós não
533 temos condições de analisar isso. Vamos ter problema aqui quando começar a chegar
534 as análises de OSCIPs e OS. Devemos fazer uma reunião só nós, o grupo nomeado
535 para fazer isso, para preparar a gente para analisar isso. Gente, no artigo 17, leiam
536 isso. Sra. Adriana, secretaria executiva, pede a palavra para esclarecer que esse
537 assunto será discutido oportunamente e pede a colaboração para se ater a pauta de
538 forma a não confundir os conselheiros que ainda não estão apropriados do assunto.
539 Esclarece também, no tocante a apresentação da pauta nas comissões, que a mesma
540 foi analisada em maio pela comissão IV – Legislação e Normas com o seguinte
541 parecer: Que em observância a Constituição Federal em seu artigo 5º que dispõe
542 sobre a garantia de inocência e pela Resolução Normativa 16 – CNAS publicada em
543 maio de 2014 em seu artigo 3º, parágrafo 4º, tendo em vista a referida análise, a
544 comissão aponta não haver impedimento com relação à inscrição da referida entidade.
545 Em junho, as comissões II e III ratificam o parecer da comissão IV. Em 27/06/2014, a
546 secretaria executiva encaminha o processo para a Diretoria Executiva que acata a
547 decisão das comissões e encaminha para a apreciação e deliberação para AGO de
548 agosto. A entidade deverá ser oficiada para comparecer na AGO para apresentar a
549 proposta. Esclarecendo então, ela passou sim por todas as comissões e passou pela
550 Diretoria executiva. Sra. Flávia Sammarco pede a palavra e coloca que a entidade foi
551 chamada para apresentar a proposta e que até o momento não o fez e complementa:
552 nós estamos agindo muito errado nesse momento! A conselheira Silvana Correa pede
553 a palavra e complementa a fala da conselheira Marilene Leonel que quando a pauta
554 passou pela comissão o parecer emitido foi favorável ao serviço vinculado à
555 assistência social. Sra. Lourdes, presidente, retoma a palavra e coloca para a Sra.
556 Flávia que entende suas colocações jurídicas e que sabe que a mesma tem o
557 conhecimento para colocar essas indicações, mas que também se sentiu no direito de
558 colocá-lo para o Conselho, e complementa dizendo que a fala da conselheira Lucilene
559 é pertinente, que o assunto não é segredo para ninguém e que o mesmo já foi
560 discutido em comissão e em outra AGO, que se levantou e se trouxe uma série de
561 situações que ocorrem com a instituição e que estão ocorrendo. Isto posto eu coloco
562 para a assembleia definir. Sr. Leandro, vice-presidente, coloca que este Conselho não
563 pode tomar esta decisão desta forma. Que a instituição pediu a inscrição de um
564 serviço, como a conselheira Silvana bem lembrou, e que estamos condenando a
565 instituição e não avaliando o serviço que ela pediu para inscrever. Sra. Lourdes,
566 presidente, informa aos conselheiros: que a instituição vai fazer a apresentação do
567 serviço e que os mesmos votam a favor ou contra a inscrição. A Sra. Adriana,
568 secretaria executiva, esclarece que a instituição deu entrada neste Conselho para
569 inscrição de serviço de acolhimento para mulheres em situação de rua a ser
570 implantado no município de Santos. Solicita que a representante da instituição faça a
571 apresentação do serviço. A Sra. Dijane, representante da instituição esclarece que o
572 projeto surgiu por conta de uma publicação, de um edital de Santos. Que está
573 defendendo o projeto tendo em vista a instituição perceber a demanda existente. Que
574 a instituição atua regionalmente, em São Vicente, em Cubatão e pretendem também
575 contribuir no município de Santos. A representante da instituição coloca ter perdido a
576 vontade de defender o projeto, visto ser difícil defender algo quando já se foi

577 condenada. Sra. Lourdes, presidente, esclarece que não é o caso, que a plenária já
578 deliberou pela apresentação. Sra. Lourdes complementa que o documento lido aponta
579 como condenado. Neste momento a conselheira Ana Lucia Rezende concorda com a
580 colocação da Presidente. Sra. Lourdes, presidente, pede que se entenda que não está
581 acusando, que apenas leu o documento oficial do TCU do Estado de São Paulo. Pede
582 ainda para deixar bem claro que não julgou a instituição, que leu um documento do
583 TCU que está disponível para quem quiser ver. Sra. Lourdes destaca que não foi
584 incosequente em chegar à assembleia e acusar a instituição, que leu o documento
585 oficial publicado no Diário Oficial, onde aponta que a instituição pediu os embargos e
586 foi negado e que está tudo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Que
587 não se sabe o que vai ocorrer daqui a 200 anos, porque neste País a gente pode fazer
588 e recorrer e recorrer. Que neste momento a condenação está publicada. A
589 possibilidade em se pedir embargos e outras coisas vai ocorrer, mas o documento está
590 aqui e eu vou deixar para quem quiser ver, anexado ao processo. Rebate informando
591 não ser leviana em trazer uma situação como se tivesse julgado a instituição, que está
592 se baseando num parecer publicado pelo TCU, um órgão oficial. Sra. Lourdes coloca
593 para a assembleia: "... espera um pouco quando vocês falam que Eu expus a
594 instituição e que eu fui incosequente. Eu não fui! O documento está aqui e eu
595 apresento a quem quiser. O TCU o que é? Tribunal de Contas da União, que não
596 aprovou as contas, está escrito aqui. Peço desculpas, mas estou me posicionando
597 pois passei a ser julgada pelo Conselho quando não é a situação. Se coloca a gestão
598 de uma presidente que pretende fazer uma gestão transparente, aberta aos
599 conselheiros que saibam tudo o que acontece, não vou aceitar isso de jeito nenhum!"
600 Neste momento a Sra. Presidente pede que volte a apresentação. A representante da
601 instituição coloca que já possuíam o projeto, que começaram a buscar parceiros para
602 sua execução, mas por estamos em época de eleição a busca foi prejudicada. Informa
603 que a instituição contatou alguns parlamentares que se desprezaram a que se
604 defendesse o projeto, mostrasse o projeto, que a instituição chegou a comentar que o
605 projeto estava em análise no CMAS de Santos. Informa que a assessoria dos
606 parlamentares apontaram a importância desse projeto com a chancela do CMAS. Com
607 isso a instituição optou em manter o projeto e tentar buscar recurso para de fato
608 concretizá-lo. A conselheira Fernanda Souza pede para esclarecer se o projeto surgiu
609 por meio do edital que a SEAS publicou para as organizações que queriam fazer esse
610 serviço, que na época não existia, mas que agora existe: a Casa das Anas. Sra.
611 Fernanda pergunta se a instituição entregou o projeto aqui, mas mesmo não
612 atendendo o edital continuam a querer fazer o serviço dentro do município de Santos
613 sem a parceria do município. A representante responde que sim. Sra. Lourdes,
614 presidente, pede a palavra e abre a votação nominal. A plenária questiona sobre a
615 inscrição de serviço que não existe. A conselheira Lucilene Martorelli esclarece que de
616 acordo com a Resolução do CNAS o conselho é obrigado a aprovar, assim como já se
617 fez com duas outras instituições há mais de um ano e o serviço ainda não começou. E
618 eu quero saber quando elas vão fazer, mas é outra questão. A conselheira Lucilene
619 destaca a necessidade dos conselheiros se reunirem para pautar o CNAS de forma a
620 definir o assunto. A conselheira Lucilene complementa informando que se a Resolução
621 não apontasse essa obrigatoriedade não aprovaria um serviço no município de Santos
622 da qual não conhece, mas, a Resolução do CNAS diz que a instituição para ser
623 reconhecida precisa da inscrição. Se não fosse a Resolução eu não inscreveria. A
624 conselheira Ana Lucia Rezende pergunta se não se pode utilizar como base o serviço

625 no outro município. A representante da instituição informa atuação em abrigos nos
626 municípios de São Vicente e Cubatão. A conselheira Ana Lucia Rezende destaca
627 então que não tem o serviço. A conselheira Lucilene Martorelli destaca que cada lugar
628 é uma experiência. Sra. Lourdes, presidente, ratifica a fala da conselheira Lucilene em
629 conversar com o CNAS para resolver a questão. Sra. Lourdes, presidente, solicita
630 então que os conselheiros votem e pede para secretaria executiva que faça a
631 chamada nominal para a votação. A secretaria executiva pergunta se a plenária está
632 esclarecida. Informa mais uma vez que a instituição ADESAF entrou com pedido de
633 inscrição para o serviço de acolhimento à mulheres em situação de rua. A Política
634 Nacional de Assistência Social prevê que qualquer instituição a partir da abertura do
635 seu CNPJ para ser considerada socioassistencial tem o direito de pleitear a inscrição
636 no Conselho Municipal ou Estadual. A conselheira Fernanda Souza pergunta se o
637 município possui essa demanda. Essa necessidade do serviço. A coordenadora da
638 SEAS, Sra. Rosana Gomes, esclarece que sim e que já existe um serviço implantado.
639 A conselheira Lucilene Martorelli pede para fazer mais um esclarecimento. Em caso de
640 possível convênio deste serviço para com a prefeitura, eles possuem a parte jurídica
641 documental para formalização? Nós ficamos incomodados, mas nós temos outros
642 órgãos que darão suporte para nós. A coordenadora Rosana, a título de contribuição,
643 coloca que o município possui um serviço implantado em janeiro deste ano voltado ao
644 acolhimento, com 24 (vinte e quatro) vagas, na categoria de abrigo para mulheres,
645 com ou sem filhos, advindos da situação de rua. Que a principal demanda apontada
646 pelo censo realizado pela FIPE em outubro do ano passado, aponta um maior número
647 de homens em situação de rua, tanto que estamos aí num processo de encontrar um
648 local para abrigo para homens em situação de rua possa ser aventado ao nosso
649 sistema de atenção. A Secretaria Executiva retoma a palavra e coloca a questão em
650 regime de votação: pela inscrição ou não do serviço solicitado. Representantes
651 Governamentais titulares: pela Secretaria de Assistência Social – Sr. Leandro – o
652 mesmo faz uma consideração, que este Conselho é oito ou oitenta, para alguns ele é
653 tão bom e para outros ele é tão ruim, que acho então que ele deveria partir para que
654 todas as votações deste Conselho passem a ser nominais para que conste sempre o
655 nome do conselheiro naquilo que ele fez, mas respeitando o lugar de conselheiro,
656 onde acredita que se deva seguir as normativas do CNAS que delibera sobre a
657 Política de Assistência, onde a Normativa 14 delibera que não devemos olhar contas
658 fiscais das instituições para deliberar inscrição, a mesma resolução aponta que o
659 serviço não precisa estar em execução para ser inscrita no Conselho, respeitando a
660 Resolução, sou favorável à inscrição; representante da Secretaria da Saúde: os
661 representantes não compareceram; representante da Secretaria de Educação – Sra.
662 Liana: favorável; representante da Secretaria de Esportes – Sr. Antonio de Jesus:
663 favorável; representante da Secretaria de Cultura – Sra. Ana Lucia: abstenção;
664 representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sra;. Simone: favorável;
665 representante da Secretaria Cidadania - Sr. Eduardo Ravasini: Sr. Eduardo esclarece
666 que por ser a primeira vez que está participando deste Conselho se abstém da
667 votação nesse momento; Representante da Secretaria Segurança: Sra. Luana: não
668 estava presente na plenária nesse momento; representante da Secretaria Finanças: o
669 titular, Sr. Fernando justificou a ausência e o suplente não compareceu;
670 Representantes titulares da área Não Governamental – Entidades Socioassistenciais –
671 Pelo 30 de Julho – Sra. Marilene: favorável; pelo Educandário Santista: abstenção;
672 pelo S.O.S Idosos – Sra. Flávia justificou a ausência; passamos para o 1º suplente –

673 Casa da Esperança – Sra. Maria Fernanda: desfavorável; Titulares representantes dos
674 Trabalhadores – Sra. Maria de Lourdes: desfavorável; Sra. Fernanda: favorável; Sra.
675 Silvana: abstenção; Representantes titulares dos Usuários – Sr. José Amado:
676 desfavorável; Sra. Marilene – faltou; Sra. Luciene- faltou. Como não temos suplentes
677 encerramos a votação. Temos: 03 (três) votos desfavoráveis; 04 (quatro) abstenções e
678 07 (sete) votos favoráveis. Sra. Lourdes, presidente, retoma a palavra informando que
679 o serviço considera-se inscrito neste Conselho a partir da data de hoje, que a
680 Resolução Normativa será publicada e que em abril, período de revalidação a
681 instituição deverá apresentar os documentos pertinentes. Sra. Adriana, secretaria
682 executiva, agradece a presença da representante da Instituição. O conselheiro Sr.
683 Ravazini pergunta sobre o prazo de abril. Sra. Lourdes, presidente, explica que
684 anualmente todas as instituições com serviços, programas ou projetos precisam
685 apresentar relatório com a descrição das suas atividades, bem como o plano de ação
686 para o ano em exercício de forma a revalidar a inscrição. A conselheira Lucilene
687 Martorelli coloca que seria interessante a instituição apresentar o plano de ação do
688 que será feito. Sra. Lourdes ratifica a fala da conselheira. Sr. Leandro, vice-presidente,
689 esclarece que deverá ser um plano de providências. Fica deliberada a apresentação
690 do plano de providências após a publicação da Resolução Normativa. Sra. Lourdes,
691 presidente, passa para o **Item 6 – Relato das Comissões: ODM, CMPETI, COMAD,**
692 **COMAIDS, CONDEFI, CEVISS, Comissão de Acompanhamento do Mapa Prefeito**
693 **Amigo da Criança e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:**
694 **ODM** – Sra. Luana informa que na reunião se conversou sobre os dados do município
695 para a prestação de contas de dez anos das metas do milênio. No que temos
696 levantado de dados foi mostrado que no período as informações não são concisas,
697 algumas em 2005 teve e em 2008 não teve, enfim, foi combinado que a ODM deveria
698 trazer sugestões de como conseguir levantar esses dados para se apresentar o
699 relatório final no próximo ano – 2015, dos avanços. Verificou-se o que já se tinha com
700 a organização do comitê, e quem participa vai levar sugestões para se poder
701 desenvolver os dados. **CMPETI** – Não houve reunião. **COMAD** – Sra. Luana informa
702 que a reunião tratou do edital lançado para a logomarca do Conselho, para se fazer
703 ajustes do mesmo. Ocorreu apresentação do Secretário Sérgio. Pela secretaria de
704 saúde, Sr. Pastorello, falou sobre as ações “Crack é possível vencer”. **CONDEFI** – Não
705 houve reunião. **CEVISS** – a conselheira Ana Lucia se ausentou da reunião. Não houve
706 o relato. **Comissão de acompanhamento do Mapa Prefeito Amigo da Criança** –
707 conselheira Fernanda informa que na reunião foram apresentados os dados da
708 educação e foi apresentado o projeto dos grêmios estudantis para trazer os alunos
709 como protagonistas para a ação. Na última semana foi feita uma reunião com todos os
710 presidentes de escolas. **Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família** –
711 Sr. Leandro fez a leitura da ata que se encontra disponível neste Conselho para
712 consulta. **Item 7 – Chamada Pública para vacâncias nos segmentos: Entidades,**
713 **Trabalhadores e Usuários:** A secretaria executiva informa que o Conselho publicará
714 a chamada para as vacâncias nos segmentos: 02 (duas) vagas para suplente de
715 Entidades; 03 (três) vagas de 1º e 2º suplentes de Usuários; 01 (uma) vaga de
716 suplente para trabalhador. Os interessados deverão comparecer no dia 11/08/2014
717 nesta Casa de Participação para entrega dos documentos. **Item 8 – Informes do**
718 **Gestor:** Não houve relatos. **Item 9 – Informes do CMAS:** Sra. Adriana, secretaria
719 executiva, informa que este Conselho participou do Encontro Nacional de
720 Monitoramento e Vigilância Socioassistencial nos dias 30,31 e 01 de agosto em

721 Brasília. Que na próxima AGO será apresentando os dados do Encontro. Sra. Lourdes,
722 presidente, retoma a palavra e informa que o Conselho encontra-se com os relatórios
723 da revalidação de inscrição para análise. Fica acordado o dia 12/08/2014 as 9h00 a
724 análise com os conselheiros: Ari, Leandro, Liana, Antônio, Carla, Fernanda e Lourdes.
725 As 14h00 com os conselheiros: Lucilene, Silvana, Antônio, Lourdes, Marciléia e
726 Tathiane. Sra. Lourdes aponta também a necessidade de reunião da comissão do
727 logo. Fica acordado dia 18/08/2014 as 14h30. **Item 10 – Assuntos Gerais:** Não houve
728 relatos. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Presidente e eu
729 Adriana Maria Fraga Lopes, lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por
730 mim e pela Presidente, Sra. Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques.

731

732 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Adriana Maria Fraga Lopes

733 Presidente

Secretaria Executiva